SUMÁRIO

1.

O CONHECIMENTO DOS FATOS	11
1. Do conhecimento mágico ao conhecimento racional..	13
2. O conhecimento racional dos fatos	21
2.1. Vicissitudes do empirismo na epistemologia moderna.....	21
2.1.1. A confiança na racionalidade empírica e suas dificuldades.....	21
2.1.2. Por uma nova concepção da racionalidade empírica. A superação do problema da indução e a influência da epistemologia pós-positivista	32
2.2. O conhecimento dos fatos na ciência jurídica nos últimos séculos	43
2.2.1. O modelo do Iluminismo.....	43
2.2.2. A Ciência e a práxis processual pós-iluminista	52
2.3. Por uma epistemologia moderadamente realista...	65

2.

UM MODELO DE CONHECIMENTO JUDICIAL DOS FATOS	73
1. O modelo cognitivista de determinação judicial dos fatos.....	73

1.1.	Caracterização geral do modelo	73
1.2.	As teorias coerentistas e pragmatistas da verdade...	83
1.3.	O “cognitivismo” e a concepção semântica da verdade.....	100
2.	<i>Quaestio facti</i> : fatos externos, fatos de julgamentos psicológicos e juízos de valor na formação da premissa menor do raciocínio judicial.....	115
3.	A prova dos fatos. Terminologia sobre a prova	131
4.	A natureza do conhecimento judicial de fatos	155
4.1.	O problema na “prova dedutiva”	157
4.2.	O problema na “prova indireta”: a natureza indutiva do conhecimento	162
5.	O conhecimento indutivo judicial e suas diferenças em relação a outros tipos de conhecimento indutivo...	185
5.1.	O conhecimento judicial dos fatos como discurso “ideográfico”	186
5.2.	O conhecimento judicial de fatos como discurso “institucionalizado”	190

3.

	A INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA DO CONHECIMENTO DE FATOS.....	199
1.	Medidas institucionais que condicionam a apuração da verdade	199
1.1.	Abordagem. As regras de limitação temporal e as formas de justiça negociada.....	199
1.2.	As limitações probatórias	204
1.3.	O sigilo processual.....	213
2.	O papel das presunções	218
2.1.	Presunções <i>iuris tantum</i>	219
2.2.	Presunções <i>iure et de iure</i> . Diferença das “ficcões legais”	232
2.3.	Presunções <i>hominis</i>	240

3.	A valoração da prova	250
3.1.	A livre convicção como princípio metodológico (negativo) e os critérios (positivos) de valoração...	250
3.2.	Os modelos probabilísticos de valoração	257
3.2.1.	O modelo matemático-estatístico	259
3.2.2.	Os modelos indutivos	274
3.2.2.1.	O modelo de probabilidade induti- va de L. J. Cohen	276
3.2.2.2.	O esquema valorativo do grau de confirmação.....	283

41.

	A MOTIVAÇÃO DOS FATOS.....	299
1.	O sentido da motivação das decisões jurídicas	299
2.	Da resistência à necessidade de motivar os fatos	307
2.1.	Sentido da motivação dos fatos	307
2.2.	Funções da motivação dos fatos	315
2.3.	A exigência de motivação se estende a todas as provas	320
3.	O conteúdo da motivação dos fatos.....	326
3.1.	Motivação-atividade e motivação-documento. As relações entre a justificação e a descoberta.....	326
3.2.	A motivação da premissa fática é conceitualmente diferente da motivação da premissa normativa.....	338
3.3.	A motivação das constatações, das conclusões e das hipóteses.....	345
3.3.1.	A motivação das constatações	345
3.3.2.	A motivação das conclusões	346
3.3.3.	A motivação das hipóteses	347
3.3.3.1.	O requisito da não refutação	348
3.3.3.2.	O requisito da confirmação.....	348

	3.3.3.3. O requisito da maior confirmação que qualquer outra hipótese.....	350
	3.4. Estrutura da sentença e estilo da motivação.....	354
	BIBLIOGRAFIA	363